

**Concessionária de Rodovia Sul-
Matogrossense S.A.**

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2016
e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

**Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.
(Companhia aberta)**

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório da Administração	1 – 7
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8 – 11
Balço patrimonial	12
Demonstrações do resultado	13
Demonstrações do resultado abrangente	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	16
Demonstrações do valor adicionado	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18 – 45

Relatório de Administração

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, acompanhado das Demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2 Apresentação

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”).

A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo CCR) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a Tarifa Básica de Pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 0,09270/km referenciado a maio/2012, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 0,04381/km (deságio de 52,74%).

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163/MS integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,4 km, entre a divisa com o estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão e passa por 21 cidades lindeiras: Mundo Novo, Eldorado, Itaquiraí, Naviraí, Juti, Caarapó, Dourados, Douradina, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul, Sidrolândia, Campo Grande, Jaraguari, Rochedo, Bandeirantes, Camapuã, São Gabriel do Oeste, Rio Verde de Mato Grosso, Coxim, Pedro Gomes e Sonora.

O Contrato de Concessão foi assinado em 11 de março de 2014 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, o que ocorreu 30 dias após a assinatura.

A BR-163/MS constitui o principal canal de escoamento da produção de *commodities* agrícolas da região até os portos de Santos/SP e Paranaguá/PR.

1.3 Destaques do Ano de 2016

Em fevereiro de 2016, a Companhia obteve o registro na CVM de companhia aberta, “Categoria B”, cujo registro exclui a autorização para negociar ações e certificados de depósito de ações ou valores mobiliários que confirmam ao titular o direito de adquirir ações ou certificados de depósito de ações, em consequência de sua conversão ou do exercício dos direitos que lhe são inerentes, desde que emitidos pelo próprio emissor ou por uma sociedade pertencente ao grupo do referido emissor. Todos os demais valores mobiliários podem ser negociados por Companhias registradas nesta Categoria.

Em maio deste ano, a titularidade da Licença de Instalação emitida pelo IBAMA, de nº 1083, foi transferida para a Companhia. Desta forma, foi possível iniciar a implantação de mais 55 km duplicação, totalizando 87 km em andamento, com previsão de conclusão até o mês de maio de 2017.

Em 14 de setembro de 2016, foram aplicados o 1º reajuste ordinário e o 3º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.183 de 12 de setembro de 2016 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e publicada pelo Diário Oficial da União em 13 de setembro de 2016, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Os investimentos pactuados no Contrato de Concessão são financiados por contratos firmados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O financiamento com o BNDES foi suportado por um empréstimo ponte firmado em 18 de setembro de 2014 no montante de R\$ 646 milhões com prazo de 18 meses e teve seu vencimento em 15 de abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109 milhões. No dia 15 de abril de 2016, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587 milhões. Além disso, a MSVia contratou dois financiamentos com a Caixa Econômica Federal, um com recursos do programa FINISA, no valor de R\$ 527,3 milhões, e contrato de repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$ 210 milhões. Nos dias 7 e 17 de outubro de 2016, a Concessionária recebeu R\$ 147 milhões de aporte dos dois últimos contratos citados.

1.4 Perspectivas

Após o início da cobrança da tarifa de pedágio e conclusão da duplicação de 10% da BR-163/MS, a CCR MSVia mantém seu principal objetivo de duplicar a rodovia em 5 anos.

A titularidade da Licença de Instalação de nº 1083 foi transferida para a Companhia em maio de 2016, o que possibilitou o início da implantação de mais 55 km duplicação, totalizando 87 km em andamento que estavam em construção através da autorização das Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16/07/2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes. Tais investimentos tem previsão de conclusão até o mês de maio de 2017.

2. Estratégia e Gestão

2.1 Governança Corporativa

A Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado de propósito exclusivo e específico, e subsidiária integral da CPC (Companhia de Participações em Concessões).

O Conselho de Administração da Companhia é composto por três membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos em assembleia geral de acionistas, sendo José Braz Cioffi o Presidente do Conselho e demais membros efetivos: Antônio Linhares da Cunha e Arthur Piotto Filho. A Diretoria, composta por três membros, foi eleita pelo Conselho de Administração: Roberto de Barros Calixto, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores; Décio de Rezende Souza, Diretor Operacional e Henrique Rubião do Val, Diretor de Engenharia.

2.2. Gestão de Pessoas

Em 2016 foram contratados 269 novos colaboradores para diversas áreas da Concessionária. A média/ano de *turnover* ficou em 2,37%. Além disso, foram 1.227 colaboradores treinados, 1.420 horas em sala de aula, divididos em 88 turmas. O destaque está nas capacitações internas, o que refletiu em redução de gastos e efetividade dos resultados dos treinamentos.

Encerramos 2016 com 917 colaboradores próprios e 1.138 colaboradores terceirizados.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1. Mercado

A região onde a Companhia está inserida tem forte dependência econômica ao setor do agronegócio.

O escoamento dos principais produtos agrícolas produzidos na região Centro-Oeste influencia diretamente o tráfego que transita pela BR-163/MS.

Nos últimos anos, foi registrado PIB do Estado do Mato Grosso do Sul superior ao PIB do Brasil, sendo que no período de 2011 a 2014 a média de crescimento da economia estadual foi de 4,67% ao ano e a economia brasileira apresentou média de crescimento de 2,35%.

3.2. Desempenho

Em R\$ mil	2016	2015	Var. %
Receita líquida	750.510	580.209	29,4%
Receita de pedágio	291.888	89.119	227,5%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	475.152	493.356	-3,7%
Outras receitas	9.637	5.964	61,6%
(-) Deduções da receita bruta	(26.167)	(8.230)	217,9%
(-) Custos e despesas (a)	(648.796)	(596.619)	8,7%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(475.152)	(493.356)	-3,7%
Demais custos e despesas	(173.644)	(103.263)	68,2%
(-) Resultado financeiro líquido	(13.779)	(240)	5641,3%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(30.266)	4.925	-714,5%
Lucro líquido	57.669	(11.725)	-591,8%
(+) Resultado financeiro líquido	13.779	240	5641,3%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	30.266	(4.925)	-714,5%
EBIT (b)	101.714	(16.410)	-719,8%
Margem EBIT	13,6%	-2,8%	16,4
(+) Provisão de manutenção	8.688	1.538	464,9%
EBIT Ajustado	110.402	(14.872)	-842,3%
Margem EBIT ajustada (c)	36,9%	-18,9%	55,8
(+) Depreciação/amortização	20.967	4.081	413,8%
EBITDA (b)	122.681	(12.329)	-1095,1%
Margem EBITDA	16,3%	-2,1%	18,5
(+) Provisão de manutenção (d)	8.688	1.538	464,9%
EBITDA ajustado	131.369	(10.791)	-1317,4%
Margem EBITDA ajustada (e)	47,7%	-12,4%	60,1
Dívida líquida	703.379	527.812	33,3%
Investimentos	553.260	637.734	-13,2%
Veículos equivalentes (em milhares)	47.165	14.631	222,4%

- (a) Custos e despesas: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.

- (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais.
- (d) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item "1") e 16 - Provisão de manutenção.
- (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

Receita Líquida

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Receita de pedágio: Em 2016, a receita foi muito superior a 2015, uma vez que a Companhia obteve receita durante o exercício social inteiro.

Receita de construção: Em 2016 o maior volume de receita de construção ocorreu em restauração do pavimento com a recuperação de 256 km. Em 2015 foram concluídos 10% das obras de duplicação, implantação das praças de pedágio e bases operacionais.

Outras receitas: Referem-se a receitas oriundas da análise de projetos para emissão de termos de anuência e estudos de acessos à rodovia, utilização da faixa de domínio por adutoras, redes de energia elétrica e redes de fibra óptica. A arrecadação de receitas acessórias iniciou no ano de 2015 e totalizou R\$ 5,9 milhões. Em 2016, a Concessionária firmou novos contratos pela ocupação da faixa de domínio por empresas de telefonia, ocasionando a variação de 61,6%.

Custos e despesas totais

Os custos e as despesas totais aumentaram 8,7% no exercício de 2016 em relação a 2015, alcançando o valor de R\$ 648.796 mil. Esta variação deve-se principalmente ao aumento do custo com pessoal, sendo que a equipe de arrecadação passou a fazer parte do efetivo da Companhia no mês de julho de 2015. Além disso, a provisão de manutenção teve início em dezembro de 2015, enquanto que em 2016, foi contabilizada durante todo o exercício.

Investimentos

No ano de 2016, foi investido o montante de R\$ 553.260 em obras, equipamentos e veículos. Os principais projetos concluídos no mesmo ano foram:

- Duplicação até 2016 de 113 km;
- Restauração de 256 km de pavimento;
- Implantação bases da Polícia Rodoviária Federal em Caarapó e Eldorado;
- Implantação do CCO;
- Implantação do Posto de Fiscalização da ANTT;
- Implantação da sede da Concessionária;
- Implantação até 2016 de 342 câmeras do CFTV;
- Implantação de 384 km de fibra óptica.

Além destes, alguns projetos iniciaram em 2016 e seguem em andamento:

- Melhorias na sinalização horizontal e vertical;
- Melhorias em elementos de drenagem e obras de arte correntes;
- Melhorias em elementos de proteção e segurança.

Atendimento ao Usuário

Em 11 de outubro de 2016, a Concessionária completou dois anos de implantação do serviço de atendimento aos usuários da BR-163/MS com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do serviço 0800 e centro de controle operacional. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais atendendo 24 horas, todos os dias do ano.

No ano de 2016, foram registrados 110.580 atendimentos ao usuário por meio do serviço 0800 e 139.778 acionamentos de recursos, destacando-se:

- 89.041 (outros atendimentos) acionamentos de viaturas de inspeção de tráfego, caminhão-pipa e apreensão de animais;
- 46.906 (atendimentos mecânicos) acionamentos de guinchos leve e pesados;
- 3.831 (atendimentos médicos) acionamentos de ambulância/resgate.

Redução de Mortes

No ano de 2013 período sem operação da Concessionária, segundo informações da Polícia Rodoviária Federal, foram registradas 85 mortes na BR-163/MS. Com a operações da CCR MSVia, o número de mortes no ano de 2016 caiu para 59 óbitos, o que representa uma redução de 31% em relação à 2013. Quando comparado com 2015, a redução foi de 8%.

4. Sustentabilidade

O Grupo CCR é comprometido com a prestação de contas direcionadas aos investidores e aos demais públicos, o que possibilita o acompanhamento da sua administração. A companhia adota princípios como a transparência e a equidade, condutas aplicadas desde a sua estruturação em 1998, seguindo boas práticas de governança, que asseguram a geração de valor para toda a sociedade.

A administração do Grupo CCR é realizada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e na estratégia de crescimento da Companhia.

Para consolidar a sustentabilidade como diferencial da proteção e da criação de valor, parte integrante de seu planejamento estratégico, em 2016 o Grupo realizou vários avanços, como a revisão de sua matriz de materialidade. O objetivo é a Companhia se manter atualizada em relação às mudanças estruturais do negócio e do setor, bem como estar atenta aos anseios dos seus stakeholders.

A base da estratégia do Grupo CCR está na diversificação, na consolidação dos negócios conquistados e na construção das melhorias necessárias para aprimorar o atendimento e aumentar a satisfação dos usuários, voltada sempre para o cumprimento das obrigações assumidas e a melhoria contínua dos processos em busca do aumento da eficiência e da redução dos custos.

A responsabilidade corporativa do Grupo CCR está expressa nas suas práticas de governança corporativa e nas políticas internas adotadas, que sistematizam suas ações. Também participa, voluntariamente de diversas iniciativas e compromissos, como Pacto Global e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), *Carbon Disclosure Project* (CDP), Empresas pelo Clima (EPC), Índice de Carbono Eficiente da BM&FBovespa (ICO2), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, além da parceria com a *Childhood*, contra o abuso e exploração sexual infantil. Em 2016, além das três campanhas realizadas pelas do Grupo, onde foram distribuídos mais de 300 mil folhetos para conscientização dos usuários sobre o canal de denúncia, “disque 100”, o Grupo avançou na capacitação de pontos focais e multiplicadores internos da causa

Pelo quarto ano, o Grupo CCR publica seu Relatório Anual e de Sustentabilidade, baseado nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e do *International Integrated Reporting Council* (IIRC), o qual visa comunicar de forma concisa a estratégia, a governança, a performance e as perspectivas de uma organização, considerando o contexto externo, a avaliação de riscos e a criação de valor no curto, médio e longo prazos.

O Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos seguintes capitais:

- Capital financeiro
- Capital social e de relacionamento
- Capital humano
- Capital manufaturado
- Capital natural
- Capital intelectual

4.1. Desempenho Social

4.1.1. Capital Social e de Relacionamento - Stakeholders

Em 2016 foram realizadas ações do programa (i) Estrada para Saúde, destinado ao bem-estar do motorista de caminhão com foco na melhoria da qualidade de vida e redução de acidentes; (ii) Ação de Voluntariado na Afrangel (Associação das Franciscanas Angelinas) que atende a crianças e 0 a 12 anos que vivem ou convivem com AIDS/HIV; (iii) Coleta de lacres para compra de cadeira de rodas; (iv) projetos envolvendo as comunidades com apoio do Instituto CCR: Teatro a Bordo, *PhotoTruck*, Buzum!, Cine em Cena.

4.2. Desempenho Ambiental

4.2.1. Capital Manufaturado

Ao longo de 2016, os principais investimentos realizados na BR-163/MS foram: continuidade da implantação de duplicações, restauração do pavimento, implantação de fibra óptica, CFTV, postos da Polícia Rodoviária Federal, posto de fiscalização da ANTT, Centro de Controle Operacional e sede da Companhia.

5. Considerações Finais

5.1. Agradecimentos

Neste ano de 2016, marcado pela continuidade das obras de duplicação e implantação de importantes edificações operacionais, como o Centro de Controle Operacional, Posto de Fiscalização da ANTT e Postos da Polícia Rodoviária Federal, a Companhia agradece aos usuários, acionistas, pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da Companhia, ao Governo Federal e à ANTT, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Rodoviária Federal pela parceria desenvolvida com objetivo de transformar a rodovia da morte em “Rodovia da Vida”.

A Concessionária agradece também aos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

5.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, não foram contratados nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

5.3 Cláusula Compromissória

O Grupo CCR está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

Campo Grande 16 de fevereiro de 2017

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária da Rodovia Sul-Matogrossense S.A.
Campo Grande – MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia Sul-Matogrossense S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Adições ao ativo intangível da Companhia relacionadas às obrigações frente ao contrato de concessão

Conforme nota explicativa nº 2.q, para os contratos de concessão de serviços sobre direito de exploração de infraestrutura, o concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo, sendo esses ativos registrados como intangível, pois são revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. Desta forma, o assunto foi considerado em nossa auditoria como um risco inerente na constituição dos ativos intangíveis, uma vez que as adições podem representar custos não qualificáveis ou que não representem obras efetivamente realizadas para ativação de acordo com as normas contábeis.

Conseqüentemente, efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a, entendimento dos controles internos e testes substantivos de detalhe com base em amostragem para verificação das documentações que suportam referidas transações.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC n°1 SP 276957/O-4

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.967	28.219	Empréstimo e financiamentos	11	1.129	556.031
Contas a receber	6	9.824	5.189	Fornecedores	12	57.237	31.728
Contas a receber - partes relacionadas	8	35	8.122	Fornecedores - partes relacionadas	8	873	1.398
Impostos a recuperar		1.217	3.795	Impostos e contribuições a recolher		4.851	8.933
Adiantamento a fornecedor		322	6.105	Obrigações sociais e trabalhistas		13.772	13.554
Despesas antecipadas e outras		1.934	1.461	Obrigações com o poder concedente		724	-
				Outras contas a pagar		60	204
Total do ativo circulante		33.299	52.891	Total do passivo circulante		78.646	611.848
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimo e financiamentos	11	722.217	-
Impostos diferidos	7b	115	24.421	Receita diferida		-	828
Depósitos judiciais		156	14	Provisão de manutenção	14	11.001	1.552
		271	24.435				
Imobilizado	9	134.722	145.857	Total do passivo não circulante		733.218	2.380
Intangível	10	1.267.190	723.994	Patrimônio líquido			
				Capital social	15	592.000	359.000
Total do ativo não circulante		1.402.183	894.286	Reservas de lucros		31.618	-
				Prejuízos acumulados		-	(26.051)
				Total do patrimônio líquido		623.618	332.949
Total do ativo		1.435.482	947.177	Total do passivo e patrimônio líquido		1.435.482	947.177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Demonstração do resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional líquida	16	750.510	580.209
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(475.152)	(493.356)
Serviços		(47.572)	(31.914)
Custos com obrigações poder concedente		(15.667)	(12.892)
Depreciação e amortização	9 e 10	(19.007)	(3.100)
Custo com pessoal		(35.356)	(17.056)
Provisão de manutenção	14	(8.688)	(1.538)
Materiais, equipamentos e veículos		(14.709)	(6.363)
Outros		(4.321)	(2.428)
		<u>(620.472)</u>	<u>(568.647)</u>
Lucro bruto		130.038	11.562
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(10.698)	(11.212)
Serviços		(10.543)	(9.063)
Materiais, equipamentos e veículos		(743)	(844)
Depreciação e amortização	9 e 10	(1.960)	(981)
Outros		(4.656)	(5.934)
		<u>(28.600)</u>	<u>(28.034)</u>
Outros resultados operacionais		<u>276</u>	<u>62</u>
Resultado antes resultado financeiro		<u>101.714</u>	<u>(16.410)</u>
Resultado financeiro	17	(13.779)	(240)
Lucro (prejuízo) operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>87.935</u>	<u>(16.650)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	7	<u>(30.266)</u>	<u>4.925</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>57.669</u>	<u>(11.725)</u>
Lucro (prejuízo) líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)		<u>0,11482</u>	<u>(0,03641)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Demonstração do resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	57.669	(11.725)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>57.669</u></u>	<u><u>(11.725)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de Lucros		Reserva especial de dividendos	Prejuízos Acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Legal	Retenção de lucros			
Saldo em 1º de janeiro de 2015		307.000	(73.000)	-	-	-	(14.326)	219.674
Subscrição e integralização de capital		122.000	(70.000)	-	-	-	-	52.000
Integralização de capital		-	73.000	-	-	-	-	73.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(11.725)	(11.725)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		429.000	(70.000)	-	-	-	(26.051)	332.949
Subscrição e Integralização de capital	15a	163.000	70.000	-	-	-	-	233.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	57.669	57.669
Destinações:								
Reserva legal	15b	-	-	1.580	-	-	(1.580)	-
Dividendo mínimo obrigatório	15d, e	-	-	-	-	7.510	(7.510)	-
Reserva de retenção de lucros	15c	-	-	-	22.528	-	(22.528)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016		592.000	-	1.580	22.528	7.510	-	623.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	57.669	(11.725)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.306	(11.730)
Depreciação e amortização	20.967	4.081
Baixa do ativo imobilizado e intangível	201	70
Juros sobre financiamentos	58.539	35.635
Capitalização de custo de empréstimos	(42.656)	(18.088)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(982)	1.278
Constituição de provisão para riscos cíveis e trabalhistas e previdenciários	655	1.177
Constituição da provisão de manutenção	8.688	1.538
Ajustes a valor presente provisão de manutenção	761	14
Variação nos ativos e passivos		
Aumento (redução) dos ativos		
Contas a receber	(3.653)	(6.467)
Contas a receber - partes relacionadas	8.087	(8.119)
Impostos a recuperar	2.578	294
Adiantamento a fornecedores	5.783	-
Despesas antecipadas e outras	(615)	(4.265)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	25.509	(32.649)
Fornecedores - partes relacionadas	(647)	974
Pagamentos de provisão para riscos cíveis e trabalhistas e previdenciários	(655)	(1.177)
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	4.634	-
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(8.716)	(1.413)
Obrigações sociais e trabalhistas	218	5.556
Obrigações fiscais a recolher	-	4.449
Outras contas a pagar	(248)	936
Caixa líquido proveniente das (usados nas) atividades operacionais	160.423	(39.631)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(25.476)	(97.843)
Aquisição de ativo intangível	(485.006)	(502.833)
Outros de ativo imobilizado e intangível	31	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(510.451)	(600.676)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	233.000	125.000
Empréstimos e financiamentos		
Captações	713.602	275.488
Pagamentos de principal	(560.619)	-
Pagamentos de juros	(44.207)	(26.599)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	341.776	373.889
Aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa	(8.252)	(266.418)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	28.219	294.637
No final do exercício	19.967	28.219
	(8.252)	(266.418)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Demonstração do valor adicionado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas			
Receitas de pedágio		291.888	89.119
Receitas de construção		475.152	493.356
Outras receitas		52.293	24.052
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos de construção		(475.152)	(493.356)
Provisão de manutenção	14	(8.688)	(1.538)
Custos dos serviços prestados		(81.597)	(53.279)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		<u>(15.657)</u>	<u>(15.296)</u>
Valor adicionado bruto		<u>238.239</u>	<u>43.058</u>
Depreciação e amortização	9 e 10	(20.967)	(4.081)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		<u>217.272</u>	<u>38.977</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	17	<u>4.079</u>	<u>19.304</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u><u>221.351</u></u>	<u><u>58.281</u></u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		22.775	8.032
Benefícios		11.531	9.576
FGTS		2.326	2.093
Outros		1.008	656
Tributos			
Federais		50.436	7.793
Estaduais		143	38
Municipais		14.816	4.928
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		60.053	36.116
Aluguéis		594	774
Remuneração de capitais próprios			
Lucro (prejuízo) do exercício		<u>57.669</u>	<u>(11.725)</u>
		<u><u>221.351</u></u>	<u><u>58.281</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”).

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163 integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,40 km, entre a divisa com o estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão.

Em 11 de abril de 2014, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) transferiu à Concessionária todos os bens vinculados à operação e manutenção do Sistema Rodoviário pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem como principal desafio duplicar mais de 800 km da BR-163/MS em 5 anos.

Além disso, implantou o Sistema de Atendimento ao Usuário em 11 de outubro de 2014, com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do centro de controle operacional e serviço 0800. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais.

Previamente ao início da cobrança de pedágio, estava previsto no Contrato de Concessão a duplicação de 10% da rodovia até o 18º mês de Concessão. Tais obras foram realizadas com autorização baseada nas Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16 de julho de 2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes. Estas Portarias permitem a ampliação da capacidade e a duplicação parcial da rodovia através de uma autorização de execução das obras sem a respectiva licença ambiental, desde que as mesmas não impliquem na supressão de vegetação nativa; realocação da população; impacto em unidades de conservação; impacto em terras indígenas e/ou quilombolas; não realizar intervenções em áreas de preservação permanente.

A Concessionária, após concluir 10% da duplicação e a implantação de nove praças de pedágio em agosto de 2015, iniciou a cobrança da tarifa no dia 14 de setembro de 2015, por meio da autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) publicada na resolução nº 4.826.

As tarifas aplicadas foram reajustadas segundo regras constantes no Contrato de Concessão e com os efeitos das revisões extraordinárias dispostas nas resoluções nº 4.700 de 13 de maio de 2015 e nº 4.826 de 3 de setembro de 2015. A primeira incluiu a implantação de retornos em nível na BR-163/MS no montante de investimentos compromissados com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a segunda restabeleceu o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão após isenção da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos comerciais concedida pela Lei nº 13.103/2015, conhecida como “Lei dos Caminhoneiros”.

Em 14 de setembro de 2016, foram aplicados o 1º reajuste ordinário e o 3º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.183 de 12 de setembro de 2016, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os investimentos pactuados no Contrato de Concessão são financiados por contratos firmados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O financiamento com o BNDES foi suportado por um empréstimo ponte firmado em setembro de 2014 no montante de R\$ 646 milhões com prazo de 18 meses e teve seu vencimento em abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109 milhões. No dia 15 de abril, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587 milhões. Além disso, a Companhia contratou dois financiamentos com a Caixa Econômica Federal, um com recursos do programa FINISA, no valor de R\$ 527,3 milhões, e contrato de repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$ 210 milhões. Em outubro de 2016, a Concessionária recebeu R\$ 147 milhões de aporte dos dois últimos contratos citados.

Em maio deste ano, a titularidade da Licença de Instalação emitida pelo IBAMA, de nº 1083, foi transferida para a Companhia. Desta forma, foi possível iniciar a implantação de mais 55 km duplicação, totalizando 87 km em andamento, que serão concluídos até maio de 2017.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) Receitas de serviços

As receitas de pedágio, metroviárias, aeroportuárias e de transporte aquaviário são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias, ponte, metrô, aeroportos e barcas.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento.

As receitas de multimídia (telecomunicações) são reconhecidas à medida da realização da prestação de serviços.

Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

- Capital social – ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações foram reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 9.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefício econômico estimado.

- Direito de exploração de infraestrutura vide item “p”

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo esta *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

j) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

m) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tende a ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

p) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

q) *Demonstrações de valor adicionado*

Foram elaboradas as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) da Companhia, nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

r) *Novos pronunciamentos e interpretações*

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2016 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9, a qual substitui em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não-financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável e contabilidade de <i>hedge</i> , dentre outros.	(a)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	A IFRS 15 substitui o IAS 11, o IAS 18, o IFRIC 13, o IFRIC 15, o IFRIC 18 e o SIC-31 e estabelece uma regra abrangente a ser utilizada pelas entidades para reconhecimento de receitas de contratos com clientes.	(a)
IFRS 16 - Arrendamentos	A IFRS 16 substitui o IAS 17, o IFRIC 4, o SIC-15 e o SIC-27 e dispõe sobre os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e estabelece, na visão do arrendatário, basicamente, um único modelo contábil, onde o arrendatário deve reconhecer o ativo e o passivo de todos os arrendamentos com prazos maiores de 12 meses a menos que o bem seja considerado de baixo valor. O arrendatário é requerido a registrar o direito de uso do ativo representando o direito de uso do bem e o passivo representando a obrigação de fazer os pagamentos do arrendamento. Quanto ao arrendador, os requerimentos do IAS 17 foram trazidos para a IFRS 16, podendo o arrendador classificar e contabilizar os arrendamentos como financeiros ou operacionais.	(b)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018; e

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

s) *Novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016*

Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014): Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 – Benefícios aos Empregados e a IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário.

Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto: A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto cuja atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios.

Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS - 38 Ativos Intangíveis: A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS.

Alterações na IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento.

Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações nas Demonstrações Financeiras do Grupo CCR.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia

Em 16 de fevereiro de 2017, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Passivos para pagamentos com base em ações, liquidados em dinheiro, mensurados ao valor justo.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 6 Provisão para crédito de liquidação duvidosa
- 7b Impostos diferidos
- 9 Depreciação do ativo imobilizado
- 10 Amortização dos ativos intangíveis
- 13 Provisão para riscos
- 14 Provisão de manutenção
- 18 Instrumentos financeiros

4. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juro e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da Taxa de juros de longo prazo (TJLP) para empréstimos em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 11 e 18.

As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>	<u>Acima de 4 anos</u>
Financiamentos	1.129	-	-	740.543

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 45.347, substancialmente composto por financiamento, conforme mencionado em nota nº 11. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e bancos	9.877	2.554
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	435	25.665
Aplicações financeiras de curto prazo - CDB	<u>9.655</u>	<u>-</u>
	<u>19.967</u>	<u>28.219</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas a taxa média de 98,93 % do CDI, equivalente a 13,78% ao ano (13,10% ao ano em média, em 31 de dezembro de 2015).

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	1.221	5.808
Pedágio eletrônico - outros (b)	<u>8.899</u>	<u>659</u>
	<u>10.120</u>	<u>6.467</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(296)</u>	<u>(1.278)</u>
	<u>9.824</u>	<u>5.189</u>

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;

(b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. A partir de 31 de agosto de 2016 a empresa STP deixou de ser parte relacionada, conseqüentemente o saldo a receber passou a ser divulgado nesta rubrica ao invés de contas a receber - partes relacionadas; e

(c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Crédito a vencer	9.512	5.135
Créditos vencidos até 60 dias	312	54
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	1.272
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	149	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>147</u>	<u>6</u>
	<u>10.120</u>	<u>6.467</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	87.935	(16.650)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(29.898)	5.661
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivo relativo ao imposto de renda	131	122
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(526)	(809)
Despesas com brindes	(31)	-
Despesas indedutíveis	(22)	-
Outros ajustes tributários	<u>80</u>	<u>(49)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(30.266)</u>	<u>4.925</u>
Impostos correntes	(5.960)	(6.805)
Impostos diferidos	<u>(24.306)</u>	<u>11.730</u>
	<u>(30.266)</u>	<u>4.925</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34,42%</u>	<u>29,58%</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bases ativas		
Despesas diferidas para fins fiscais - Lei 11.638/07	21.862	27.692
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.557	1.541
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	534	747
Constituição da provisão de manutenção	3.740	527
Outros	(13)	75
	<u>27.680</u>	<u>30.582</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(20.475)	(6.145)
Amortização custo de transação	(6.710)	-
Outros	(380)	(16)
	<u>(27.565)</u>	<u>(6.161)</u>
Ativo diferido líquido	<u>115</u>	<u>24.421</u>

- a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei 12.973/14 (fim RTT).

8. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2016 e 2015, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	<u>Transações</u>			<u>Saldos</u>	
	<u>Serviços prestados</u>	<u>Aquisição de intangível</u>	<u>Receitas</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Controladora					
CCR S.A. (a) (c)	3.249	-	-	3	295
Outras partes relacionadas					
CPC (b) (c)	3.158	3.482	-	3	408
ViaQuatro (c)	-	-	-	16	-
RodoNorte (c)	-	-	-	-	3
SPVias (c)	-	-	-	13	43
Intercement Brasil S/A. (d)	-	15.196	-	-	124
Oi Móvel S.A (e)	-	-	889	-	-
Total 31 de dezembro de 2016	<u>6.407</u>	<u>18.678</u>	<u>889</u>	<u>35</u>	<u>873</u>
Total 31 de dezembro de 2015	<u>4.940</u>	<u>16.995</u>	<u>-</u>	<u>8.122</u>	<u>1.398</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas com profissionais chaves da administração

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração: (f)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	3.673	2.838
Outros benefícios:		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	834	834
Complemento de PPR pago no ano	1.334	3.108
Previdência privada	18	15
Seguro de vida	7	7
	<u>5.866</u>	<u>6.802</u>

Saldos a pagar aos profissionais chaves da administração

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração dos administradores (f)	1.141	1.043

Na AGO realizada em 15 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 7.802, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (d) Contrato de fornecimento de cimento para pavimentação de concreto na BR-163/MS, sendo os valores unitários reajustados anualmente pelo IGP-M. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 15 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor;
- (e) Contrato de uso da faixa de domínio rodoviário para implantação de cabo telefônico subterrâneo, prazo de vigência indeterminado, com reajuste dos valores com base no IGP-M aplicado no mesmo período do reajuste da tarifa de pedágio, o vencimento para todo dia 1 do mês seguinte ao da emissão das faturas; e
- (f) Contempla valor total a pagar de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	2015		2016			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Móveis e utensílios	505	-	(4)	673	(31)	1.143
Máquinas e equipamentos	10.378	-	(33)	42.645	-	52.990
Veículos	18.870	-	-	2.196	-	21.066
Instalações e edificações e terrenos	1.117	-	-	7	-	1.124
Sistemas operacionais	15.241	-	(94)	28.384	-	43.531
Imobilizações em andamento	105.609	30.165	(79)	(102.914)	-	32.781
	<u>151.720</u>	<u>30.165</u>	<u>(210)</u>	<u>(29.009)</u>	<u>(31)</u>	<u>152.635</u>

	2014		2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	101	-	-	404	505
Máquinas e equipamentos	345	-	(6)	10.039	10.378
Veículos	13.051	-	(72)	5.891	18.870
Instalações, edificações e terrenos	-	828	-	289	1.117
Sistemas operacionais	-	-	-	15.241	15.241
Imobilizações em andamento	40.374	99.822	-	(34.587)	105.609
	<u>53.871</u>	<u>100.650</u>	<u>(78)</u>	<u>(2.723)</u>	<u>151.720</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 4.689 em 2016 (R\$ 2.807 em 2015). A taxa média de capitalização em 2016 foi de 6,36% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos).

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2015		2016		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(42)	(69)	-	-	(111)
Máquinas e equipamentos	13	(763)	(2.990)	-	76	(3.677)
Veículos	22	(4.370)	(5.199)	-	-	(9.569)
Instalações, edificações e terrenos	10	(79)	(217)	-	-	(296)
Sistemas operacionais	13	(609)	(3.583)	9	(77)	(4.260)
		<u>(5.863)</u>	<u>(12.058)</u>	<u>9</u>	<u>(1)</u>	<u>(17.913)</u>

	Taxa média anual de depreciação %	2014		2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Outros	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(3)	(39)	-	-	(42)
Máquinas e equipamentos	12	(29)	(735)	1	-	(763)
Veículos	25	(496)	(1.797)	7	(2.084)	(4.370)
Instalações, edificações e terrenos	10	-	(79)	-	-	(79)
Sistemas operacionais	12	-	(609)	-	-	(609)
		<u>(528)</u>	<u>(3.259)</u>	<u>8</u>	<u>(2.084)</u>	<u>(5.863)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Obrigação com o Poder concedente (DER), verba da polícia Rodoviária.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativos Intangíveis

Movimentação do custo

	2015		2016	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	722.091	523.095	24.462	1.269.648
Direitos de uso de sistemas informatizados	2.725	-	4.548	7.273
	<u>724.816</u>	<u>523.095</u>	<u>29.010</u>	<u>1.276.921</u>

	2014		2015	
	Saldo inicial	Adições	Outros	Transferências (a)
Direitos de exploração da infraestrutura	164.837	555.172	2.084	(2)
Direitos de uso de sistemas informatizados	-	-	-	2.725
	<u>164.837</u>	<u>555.172</u>	<u>2.084</u>	<u>2.723</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 37.967 em 2016 (R\$ 2.084 em 2015). A taxa média de capitalização em 2016 foi de 6,36% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos).

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2015		2016	
		Saldo inicial	Adições	Saldo inicial	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(612)	(7.796)	(612)	(8.408)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(210)	(1.113)	(210)	(1.323)
		<u>(822)</u>	<u>(8.909)</u>		<u>(9.731)</u>

	Taxa média anual de amortização %	2014		2015	
		Saldo inicial	Adições	Saldo inicial	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	-	(612)	-	(612)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	-	(210)	-	(210)
		<u>-</u>	<u>(822)</u>	<u>-</u>	<u>(822)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
 (b) Amortização pela curva de benefício econômico.

11. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2016	Vencimento Final	2016	2015
Em moeda nacional							
1. BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,5674% (a)	2.211	-	Abril de 2016	-	556.031 (b) (c)
2. BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2402% (a)	15.606	14.910	Março de 2039	580.146	- (b)
3. CAIXA ECONOMICA FEDERAL	TJLP + 2,00% a.a.	2,2147% (a)	2.389	2.361	Março de 2039	102.138	- (b)
3. CAIXA ECONOMICA FEDERAL	TJLP + 2,00% a.a.	2,5508% (a)	2.492	2.463	Março de 2039	41.062	- (b)
Total geral				<u>19.734</u>		<u>723.346</u>	<u>556.031</u>
Circulante							
Financiamentos						2.537	556.524
Custos de transação						(1.408)	(493)
						<u>1.129</u>	<u>556.031</u>
Não Circulante							
Financiamentos						740.543	-
Custos de transação						(18.326)	-
						<u>722.217</u>	<u>-</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) Aval/fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.
(c) Garantia real.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2016
2020	38.483
2021	38.469
2022	38.469
2023 em diante	625.122
	<u>740.543</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 18 de setembro de 2014, foi assinado o contrato de empréstimo ponte entre a CCR MSVia e o BNDES, no valor total de R\$ 646.636. O empréstimo conta com a garantia fiduciária da CCR S.A. tendo seu vencimento em 15 de abril de 2016 ou na data de desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES à MSVia por meio de contrato de financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e tanto principal quanto juros deverão ser pagos no vencimento do contrato.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- a alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção do contrato de concessão, independentemente de culpa por parte da Companhia;
- reduzir o capital social da Companhia, sem a prévia anuência do BNDES.

Adicionalmente, a CCR, garantidora da operação, obriga-se a manter, durante a vigência do Contrato, o índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes, apurado anualmente, com data-base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas.

Em outubro de 2014, ocorreu a primeira liberação do empréstimo ponte, no valor de R\$ 270.000, e em junho de 2015, a segunda liberação no valor de R\$ 248.890, conforme condições supramencionadas.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Em 14 de março de 2016, foi assinado o contrato de financiamento junto ao BNDES, no valor total de R\$ 2.109.915, com vencimento em 15 de março de 2039. O valor do financiamento está dividido em dezoito subcréditos, incluindo o subcrédito social no valor de R\$ 11.542, destinado a aprovação dos projetos sociais no âmbito da comunidade pelo BNDES.

Em 15 de abril 2016, foi realizado o primeiro desembolso deste contrato, no valor de R\$ 587.039, que liquidou o empréstimo ponte, junto a este mesmo banco.

Sobre a dívida incide juros de TJLP + 2,0% a.a., exceção essa feita ao subcrédito social, sobre o qual incidirá apenas a TJLP. O principal será pago em 231 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira prestação em 15 de janeiro de 2020. Os juros serão pagos trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e mensalmente a partir da data de vencimento da primeira prestação de principal.

As garantias serão divididas em três fases: (i) pré *completion*, (ii) *completion* parcial, e (iii) *completion* total, conforme descrições abaixo:

(i) *Pré Completion*: As garantias consistem de (a) fiança corporativa CCR; (b) penhor de 100% das ações da MSVia detidas pela CPC; (c) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergente da concessão.

(ii) *Completion Parcial*, definido essencialmente pela conclusão das obras de duplicação previstas no contrato de financiamento. As garantias consistem de (a) a fiança corporativa da CCR será diminuída para 50% da dívida; (b) penhor de 100% das ações da MSVia detidas pela CPC; e (c) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergentes da concessão.

(iii) *Completion Total*, onde além do *completion* parcial supracitado, a MSVia deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,20 e apresentação de Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1,00. As garantias consistem de: (a) penhor de 100% das ações da MSVia detidas pela CPC; (b) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergente da concessão.

A CCR, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Em relação à MSVia, esta, deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1,0 e apresentação do índice PL/AT maior ou igual a 0,2;

O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

3. Em 12 de agosto de 2016, foram assinados os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal, com recursos do Programa Finisa (Finisa) e mediante repasse (Repasse) de recursos do BNDES, nos valores de R\$ 527.288 e R\$ 210.000, respectivamente, com vencimento em 15 de março de 2039.

Em 07 de outubro de 2016, foi realizado o primeiro desembolso do Finisa no valor bruto de R\$ 103.800 e no dia 18 de outubro, R\$ 43.250, do Repasse.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sobre os dois contratos incidirão juros de TJLP + 2,0% ao ano. O principal será pago em 231 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira prestação em 15 de janeiro de 2020. Os juros serão exigidos trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e mensalmente a partir da data de vencimento da primeira prestação de principal.

As garantias estão divididas em três etapas: (i) *pré completion*, (ii) *completion* parcial, e (iii) *completion* total, conforme descrições abaixo:

(i) *Pré Completion*: As garantias consistem de (a) fiança corporativa CCR; (b) penhor de 100% das ações da MSVia detidas pela CPC; (c) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergente da concessão.

(ii) *Completion* Parcial: definido pela conclusão das obras de duplicação previstas no contrato de financiamento. As garantias consistem de: (a) fiança corporativa da CCR é diminuída para 50% da dívida; (b) penhor de 100% das ações da MSVia detidas pela CPC; e (c) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergentes da concessão.

(iii) *Completion* Total, onde além do *completion* parcial supracitado, a MSVia deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,20 e apresentação de Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1,00. As garantias consistem de: (a) penhor de 100% das ações da MSVia detidas pela CPC; (b) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergente da concessão.

A CCR, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. A MSVia deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1,0 e apresentação do índice PL/AT maior ou igual a 0,2;

O resgate antecipado é permitido a qualquer tempo.

12. Fornecedores

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	41.210	19.156
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	13	57
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>16.014</u>	<u>12.515</u>
	<u>57.237</u>	<u>31.728</u>

- (a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e previdenciárias e cíveis.

A companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cíveis e trabalhistas e previdenciárias, nos montantes de R\$ 161 e R\$ 494, respectivamente (R\$ 41 e R\$ 1.127, respectivamente, em 2015).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas e previdenciárias, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Cíveis e administrativos	89	-
Trabalhistas e previdenciárias	47	-
	<u>136</u>	<u>-</u>

14. Provisão de manutenção

	<u>2015</u>	<u>2016</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição de provisão a valor presente</u>	<u>Ajuste a valor presente</u>	<u>Saldo final</u>
Não circulante	1.552	8.688	761	11.001
	<u>2014</u>	<u>2015</u>		
Não circulante	-	1.538	14	1.552

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão de 2015 e 2016 é 15,77%. A mesma é equivalente à taxa de mercado para o período a que se refere.

15. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 4 de fevereiro de 2016 e 2 de maio de 2016, foram integralizados ao capital da Companhia os montantes de R\$ 50.000 e R\$ 20.000, respectivamente, conforme previsto em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 16 de novembro de 2015.

Em 29 de abril de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 25.000, mediante a emissão de 25.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas a serem integralizadas até 06 de maio de 2016, passando o capital da Companhia para R\$ 454.000, dividido em 454.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 13 de maio de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 20.000, mediante a emissão de 20.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 474.000, dividido em 474.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 10 de junho de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 35.000, mediante a emissão de 35.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 509.000, dividido em 509.000.000 de ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 09 de agosto de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 38.000, mediante a emissão de 38.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 547.000, dividido em 547.000.000 de ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 29 de setembro de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 35.000, mediante a emissão de 35.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 582.000, dividido em 582.000.000 de ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 15 de dezembro de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 10.000, mediante a emissão de 10.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 592.000, dividido em 592.000.000 de ações ordinárias e sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2016, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2017.

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2016, foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Lucro acumulado do exercício	57.669
Compensação de prejuízo acumulado	(26.051)
(-) Constituição de reserva legal	1.580
Lucro líquido ajustado	<u>30.038</u>
Dividendos adicional proposto	<u>7.510</u>

e. Reserva especial de dividendos

A Companhia constituiu a título de Reserva Especial de Dividendos o percentual de 25% do lucro líquido ajustado correspondente ao dividendo mínimo obrigatório, tal reserva foi constituída devido a restrições previstas em contrato de financiamento.

f. Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Numerador		
Lucro (prejuízo) líquido	57.669	(11.725)
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	<u>502.270</u>	<u>429.000</u>
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído em R\$	0,11482	(0,03641)

16. Receitas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas de pedágio	291.888	89.119
Receitas de construção (ICPC 01)	475.152	493.356
Receitas administrativas	889	-
Receitas acessórias	<u>8.748</u>	<u>5.964</u>
Receita bruta	<u>776.677</u>	<u>588.439</u>
Impostos sobre receitas	(26.111)	(8.219)
Devoluções e abatimentos	<u>(56)</u>	<u>(11)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(26.167)</u>	<u>(8.230)</u>
Receita líquida	<u>750.510</u>	<u>580.209</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado Financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(49.784)	(33.685)
Variação monetária sobre empréstimos	(8.755)	(1.950)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(761)	(14)
Capitalização de custos dos empréstimos	42.656	18.088
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.214)	(1.983)
	<u>(17.858)</u>	<u>(19.544)</u>
Receitas financeiras (a)		
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.793	18.449
Juros e outras receitas financeiras	286	855
	<u>4.079</u>	<u>19.304</u>
Resultado financeiro	<u>(13.779)</u>	<u>(240)</u>

(a) Os valores estão deduzidos do Pis e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 199 (R\$ 337 em 2015).

18. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme os quadros a seguir:

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016			2015		
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	10.090	-	-	25.665	-	-
Contas a receber	-	9.824	-	-	5.189	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	35	-	-	8.122	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(723.346)	-	-	(556.031)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(58.021)	-	-	(31.902)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(873)	-	-	(1.398)
Total	10.090	9.859	(782.240)	25.665	13.311	(589.331)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Empréstimos e financiamentos em moeda nacional e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2016	2015
Aplicações financeiras	10.090	25.665

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2017 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	Aumento do TJLP	Março de 2039	595.054	(57.352)	(68.680)	(80.010)
CEF	Aumento do TJLP	Março de 2039	148.026	(14.267)	(17.085)	(19.903)
Aplicação financeira (MenkarII)	Diminuição do CDI ⁽⁴⁾		422	56	70	85
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI ⁽⁴⁾		9.656	1.319	1.649	1.978
				<u>(70.244)</u>	<u>(84.046)</u>	<u>(97.850)</u>

As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:

TJLP ⁽²⁾	7,50%	9,38%	11,25%
CDI ⁽³⁾	13,63%	17,04%	20,45%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) e (3) está detalhado as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se à taxa de 31/12/2016, divulgada pela BNDES.

(3) Refere-se à taxa de 31/12/2016, divulgada pela CETIP.

(4) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o Caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira.

(5) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Compromisso de investimento	<u>4.846.348</u>	<u>4.811.889</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

20. Demonstração do fluxo de caixa

Abaixo estão demonstradas movimentações de ativos e passivos que não afetaram o caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa nos respectivos exercícios. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores	-	(37.092)
Capitalização no ativo intangível	-	(2.084)
Fornecedores partes relacionadas	(122)	34
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(122)</u>	<u>(39.142)</u>
Aquisição de ativo intangível	122	37.058
Capitalização no ativo intangível	-	2.084
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>122</u>	<u>39.142</u>

A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

José Braz Cioffi
Antonio Linhares da Cunha
Arthur Piotto Filho

Presidente
Conselheiro
Conselheiro

Composição da Diretoria

Roberto de Barros Calixto
Décio de Rezende Souza
Henrique Rubião do Val

Diretor Presidente/RI
Diretor Operacional
Diretor de Engenharia

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3"S"MS

CONCESSIONARIA DE RODOVIA SUL-MATOGROSSENSE S.A.

CNPJ/MF N° 19.642.306/0001-70

NIRE 5430000566-5

Companhia Aberta

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Srs. Acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 25, §1º, inciso IV da IN CVM 480, apresentamos a V.Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2017, no valor de R\$748.641.000,00 (setecentos e quarenta e oito milhões, seiscentos e quarenta e um mil reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 03 de março de 2017.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$748.641.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia em 2017	R\$748.641.000,00
---	-------------------

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2016	R\$ 22.528.611,51
--	-------------------

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$726.112.388,49
--	-------------------

Campo Grande, 16 de fevereiro de 2017.


CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SR. JOSÉ BRAZ CIOFFI

Presidente do Conselho de Administração

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

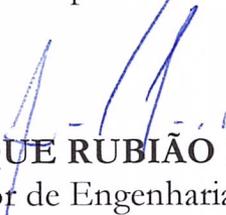
Campo Grande, 03 de março de 2017.



SR. ROBERTO DE BARROS CALIXTO
Diretor Presidente e de Relação com Investidores



SR. DÉCIO REZENDE SOUZA
Diretor Operacional



SR. HENRIQUE RUBIÃO DO VAL
Diretor de Engenharia